


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002760-14.2014.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Leandro Barbosa**
 Requerido: **Adriano Henrique dos Santos**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos morais movida por LEANDRO BARBOSA em face de ADRIANO HENRIQUE DOS SANTOS, alegando, em síntese, que, em 31 de agosto de 2014, após tentar conversar amigavelmente com o requerido, foi agredido com socos, vindo a cair de sua bicicleta, bater a cabeça no chão e, após perder a consciência, continuou a ser agredido com socos e pontapés. Observa que sofreu lesão grave, com fraturas e traumatismo craniano e, em razão disso, foi submetido a uma cirurgia, permanecendo dois dias internado, em coma, na UTI da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, conforme se verifica do laudo pericial acostado. Aduz que sofreu constrangimento de toda ordem, ficou deprimido, com tremores e a fratura temporal esquerda desencadeou em labirintite, impedindo-o de permanecer em lugares altos e exercer plenamente seu ofício de pintor. Sustenta que foram atingidas sua honra e sua integridade física na presença de um grande número de pessoas e assim, impõe-se o pagamento de indenização por dano moral no valor de R\$ 36.200,00, equivalente a cinquenta salários mínimos. Requereu a produção de provas e pleiteou a condenação do requerido no pagamento da indenização correspondente. Com a inicial vieram os documentos de fls. 9/40.

Deferida a assistência judiciária gratuita a fl. 41.

O requerido foi citado, apresentou resposta sustentando que os fatos não aconteceram conforme descrito na inicial, pois foi o requerente quem iniciou o entrevisto, por ciúme de sua namorada. Alega que ao discutirem, ele caiu e se feriu sozinho, sem qualquer intervenção sua e que os documentos apresentados não provam que foi o requerido quem deu causa ao infortúnio sofrido pelo requerente. Por fim, sustenta que o Termo Circunstanciado que deu origem ao processo nº 0002179-96.2014.8.26.0233, foi arquivado a pedido do Ministério Público por não vislumbrar a ocorrência de delito. Pleiteia a improcedência da demanda e pede pela juntada da sentença do processo criminal, mediante o desarquivamento do referido processo.

Houve réplica (fls. 64/65).

Instadas, as partes abstiveram-se de especificar as provas pretendidas (fl. 67).

É o relatório.

DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O pedido é improcedente.

O julgamento antecipado está autorizado pelo artigo 355, I, do Código de Processo Civil, bem assim, diante do desinteresse do autor na produção de prova em audiência, direito que declaro precluso.

Mostra-se despicienda a produção de prova pericial porque a existência das lesões é fato incontroverso.

A divergência reside na dinâmica dos acontecimentos, que poderia implicar responsabilidade civil do réu.

Nesse aspecto, os documentos que instruíram a petição inicial não esclarecem os fatos narrados porque estão diretamente ligados às lesões sofridas, mas não à sequência dos fatos.

Consequentemente, o autor não se desincumbiu de provar os fatos constitutivos de seu direito, consoante estabelece o artigo 373, I, do Código de Processo Civil.

Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido. Sucumbente, arcará o autor com custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa.

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões – de recurso adesivo inclusive - e subam os autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

P.I.C. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 02 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**